

FLUTUAÇÕES CÍCLICAS DO EMPREGO E CONFIANÇA

Gilmar Mendes Lourenço

Os traços de autêntica apatia apresentados pela economia nacional desde o começo de 2017, quando a recessão amargada entre 2014 e 2016 foi considerada encerrada, revelam-se de maneira mais dramática no mercado de trabalho, que consubstancia o presente, e na confiança privada, referência de futuro.

De fato, a geração de empregos com carteira assinada e o retrato estatístico do conjunto da dinâmica de ocupações, observados em março de 2019, caíram como uma “ducha de água fria” sobre a cabeça das triunfalistas autoridades de Brasília e daqueles otimistas de plantão hospedados nos chamados “mercados”, confirmando a condição de paralisia dos negócios, o que serve de chancela à nova onda de deterioração da confiança dos agentes.

Começando pela curva do emprego, de acordo com o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), o país eliminou 43,2 mil vagas líquidas (contratações menos desligamentos) formais neste mês, representando a pior performance desde março de 2017, quando foram fechados 63,6 mil postos.

Os segmentos que derrubaram a fração laboral foram comércio e construção civil, com demissões líquidas de 28,8 mil e 7,8 mil, respectivamente, atestando a natureza democrática da atual estagnação econômica, que vem comprimindo o consumo privado e os investimentos.

Em idêntico sentido, a taxa de desocupação, estimada pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), pulou de 11,6%, entre outubro e dezembro de 2018, para 12,7%, no primeiro trimestre de 2019, totalizando 13,4 milhões de pessoas desempregadas a procura de trabalho. Se forem acrescentados os desalentados ou com jornada insuficiente chega-se ao recorde de 25,0% da população economicamente ativa (PEA), o que equivale a 28,3 milhões de brasileiros.

Passando ao terreno das expectativas, levantamento da Confederação Nacional do Comércio (CNC) mostra que a intenção de consumo das famílias, depois de ingressar em rota ascendente desde o final de 2018 e chegar a 98,5 pontos, em fevereiro de 2019, caiu para 98,1 pontos, em março, e despencou para 96,2 pontos, em abril. Lembre-se que o parâmetro varia entre zero e duzentos pontos e sinaliza situação satisfatória quando acima de cem pontos.

Na mesma linha, o Índice de Expectativa do Consumidor (INEC), medido pela Confederação Nacional da Indústria (CNI), que flutua entre zero e cem pontos, recuou de 49,8 pontos, em dezembro de 2018, para 48,4 pontos em abril de 2019, permitindo o delineamento de cenários pessimistas em curto prazo. Ainda assim, o INEC encontra-se acima da média história de 46,1 pontos.

Na órbita empresarial, segundo a CNI, o índice de confiança do empresário industrial (ICEI) amargou a terceira queda seguida em abril de 2019, recuando para 58,4 pontos (possui difusão entre zero e cem pontos), sendo que o indicador não ficava abaixo dos 60,0 pontos desde outubro de 2018, com a perspectiva de vitória eleitoral da plataforma ortodoxa.

Ainda conforme a CNI e o Ibope, em abril de 2019, 45,0% dos brasileiros acreditam que o restante do governo Bolsonaro será ótimo ou bom, contra 64,0%, em dezembro de 2018. As apurações do Ibope também demonstram que a aprovação do governo, ou agregação dos conceitos ótimo e bom, captados nas entrevistas com as pessoas, decresceu de 49,0%, em janeiro de 2019, para 39,0%, em fevereiro, e 34,0%, em março, com branda subida para 35,0%, em abril.

Feitos os indispensáveis reparos comparativos, em face dos distintos climas político e econômico, se forem consideradas as etapas introdutórias das várias administrações, a atual vem perdendo em avaliação para a de Collor (45,0%, em maio de 1990, depois do confisco de ativos financeiros), Fernando Henrique Cardoso (FHC, 41,0%, em março de 1995, apesar dos efeitos da crise financeira dos emergentes), Lula (51,0%, em março de 2003, e 49,0%, em março de 2007), e Dilma (56,0%, em março de 2011).

A aprovação de Bolsonaro é igual, na margem de erro, a de Itamar Franco (34,0%, em janeiro de 1993), e suplanta os scores conquistados por FHC e Dilma, no começo do segundo mandato, quando aqueles obtiveram popularidade de 22,0% (FHC), em março de 1999, em decorrência dos impactos da implantação do câmbio flutuante, e 12,0% (Rousseff, em março de 2015), derivada da percepção do estelionato eleitoral e dos desdobramentos das pedaladas fiscais.

Messias também suplanta a popularidade de Temer, 13,0%, em junho de 2016, explicada pela persistência das incertezas após o impeachment de Dilma, apesar da adoção de estratégia macroeconômica “feijão com arroz” ou conservadora, desejada pelos mercados, centrada em onze cortes consecutivos das taxas de juros primários, entre 2016 e 2018, oportunizados pelo abrandamento das pressões inflacionárias, acoplado ao cenário global virtuoso e aos recordes na produção de grãos no país.

Nesse particular, pesaram, de um lado, a multiplicação das mensagens de orquestração de um golpe para a derrubada da chefe de estado, propagadas pelos seguidores do ex-presidente Lula, e, de outro, o natural processo de substituição pelo vice-presidente, figura exponencial do PMDB, agremiação integrante da aliança hegemônica de poder desde 2003 e, por consequência, com participação ativa nos diversos esquemas de corrupção investigados no âmbito da operação Lava Jato.

Aos apressadinhos em argumentar que a fragilidade identificada na dinâmica de ocupações deriva da insegurança criada pelos obstáculos enfrentados pela reforma da previdência, erguidos pela sociedade e pelo legislativo, cumpre advertir que, embora necessárias, as modificações no aparato de aposentadorias e pensões servirão, na melhor das hipóteses, para evitar que o estado, em suas três instâncias (união, estados e municípios), quebre, ou, em outros termos, serão fundamentais para a inversão das apostas negativas quanto à solvência das finanças públicas.

A firme retomada do crescimento econômico depende de ampla e profunda reforma tributária e da restauração da competitividade infraestrutural do país.

Logo, a efetivação de uma firme retomada do crescimento, amparada na impulsão do investimento e do contingente empregado, depende de ampla e profunda reforma tributária e da edificação de mecanismos capazes de induzir a restauração da competitividade dos principais segmentos de infraestrutura.

A ativação dos projetos infraestruturais poderia ocorrer por meio da formulação e execução de um programa de concessões, privatizações e parcerias público-privadas, menos subordinados às tratativas legislativas e dotados de regras transparentes e estáveis, suficientes para promover retornos crescentes de escala e arregimentação de poupança interna e externa.

A propósito disso, simulações preparadas pelo Fundo Monetário Internacional (FMI), colocam o Brasil em 9º lugar em geração de poupança, em 2018, num elenco formado por dez estados sul-americanos. Com taxa de poupança de 14,6% do produto interno bruto (PIB), o país estaria melhor apenas que a Venezuela (13,1% do PIB). A nação estaria em larga desvantagem, por exemplo, em relação ao Paraguai (24,7%), Equador (20,3%) e Chile (19,5%).

Seria ocioso mencionar que as demais alavancas expansivas permanecem rigorosamente emperradas. Essa apreciável limitação decorre da tendência de desaceleração do comércio global e, em consequência, do decréscimo das cotações dos produtos primários e semielaborados.

Há também a interferência da intensificação do encolhimento da demanda interna, provocado pela contração das despesas públicas, diante da inadiável necessidade de escape da condição de dominância fiscal, e retração do consumo das famílias, imputada ao encarecimento do crédito e elevação da inadimplência e pauperização do mercado laboral, composta pela subida do desemprego, informalidade e exercício de atividades temporárias e retração da massa de rendimentos.